

Entrevista

A atuação do Comando Militar do Sul na Operação Taquari II

Marcelo Lorenzini Zucco^I , Ana Luíza Rocha Porto^{II} ,
Helena Magnabosco Camillo^{II} , João Gabriel Birck da Silva^{II} ,
Fernando Speggorin Martini^{II} , José Miguel Quedi Martins^{II} ,
João Gabriel Burmann da Costa^{II} 

^IMinistério da Defesa , Brasília, DF, Brasil

^{II}Universidade Federal do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

No dia 09 de dezembro de 2025, o General de Divisão Marcelo Lorenzini Zucco concedeu uma entrevista aos alunos do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Ana Luíza Rocha Porto, Helena Magnabosco Camillo e João Gabriel Birck da Silva. Os estudantes são participantes da Oficina de Estudos Estratégicos (OEE), atividade de extensão coordenada pelo professor Dr. José Miguel Quedi Martins, que esteve presente na ocasião com o professor Me. João Gabriel Burmann da Costa, ambos professores vinculados à UFRGS.

A entrevista teve como tema central a Operação Taquari II, realizada em 2024 no contexto das enchentes no Rio Grande do Sul. Na ocasião, o General Zucco atuava como Chefe do Centro de Operações, no âmbito do Comando Conjunto Taquari II, comandado pelo General de Exército Hertz Pires do Nascimento, então Comandante Militar do Sul.

Natural de Bento Gonçalves-RS, o General Zucco incorporou às fileiras do Exército em 1989 e possui uma vasta experiência profissional, tendo exercido diversos cargos e comandado distintas organizações militares. Entre suas principais funções, destacam-se o comando do 5º Pelotão Especial de Fronteira, em Auaris-RR, do 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, em Francisco Beltrão-PR, do 14º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em São Miguel do Oeste-SC, e do 3º Grupamento Logístico, em Porto Alegre-RS. Como oficial-general, comandou a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista-RR, chefiou o Centro de Coordenação de Operações e o Estado-Maior do Comando Militar do Sul e atualmente comanda a 2ª Divisão de Exército, em São Paulo-SP.

No exterior, foi instrutor no Centro Argentino de Treinamento Conjunto para Operações de Paz, na Argentina, frequentou o Curso de Estudo de Defesa Estratégica, em Changping, na República Popular da China, e participou do 13º Contingente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti. Possui diversos cursos e condecorações militares, entre eles o Curso de Comando e Estado-Maior da

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o Curso de Operações na Selva, o Curso de Observador Aéreo, além de mestrado e doutorado em Ciências Militares.

Ao longo da conversa, o general tratou de diversos temas e compartilhou um pouco de sua experiência na Operação Taquari II, com destaque para a atuação das Forças Armadas em apoio à população atingida naquela que foi a maior operação de apoio humanitário já realizada pelo Exército Brasileiro (EB), em uma das maiores calamidades enfrentadas no Brasil.

Figura 1 – General Marcelo Lorenzini Zucco, Comandante da 2ª Divisão de Exército



Foto: 2ª Divisão de Exército (2026)

INTRODUÇÃO

A Operação Taquari se desenvolveu em um contexto com a atuação de diversos atores, como Exército, Marinha, Aeronáutica, além de bombeiros, demais órgãos do governo, e até mesmo a população civil. Frente a essa situação, como se deu o recebimento das primeiras informações sobre a gravidade da situação? E de que forma essas informações foram processadas no nível do comando para orientar o início das operações?

Em abril de 2024, nos dias 27 e 28, choveu muito no Rio Grande do Sul, foi um período de chuvas torrenciais. No dia 30, estava marcada uma inspeção de uma tropa blindada junto com o Ministro da Defesa em Santa Maria. Tratava-se de uma tropa de prontidão, a qual precisa estar em condições de partir o quanto antes para cumprir uma missão caso o comandante determinar.

Devido às chuvas torrenciais que já haviam ocorrido entre os dias 27 e 28, já começaram a surgir os primeiros problemas, principalmente, na parte central do Rio Grande do Sul, na região de Sinimbu e de Candelária foram alguns dos primeiros locais afetados no estado. Assim, no Comando Militar do Sul (CMS), em razão do que havia ocorrido no ano anterior no Vale do Taquari, no qual a Operação Taquari^I foi realizada, já existia pessoal do Comando acompanhando a situação e fazendo o contato direto com a Defesa Civil.

Portanto, municiados dessas informações recebidas ainda em Santa Maria e diante da gravidade da situação, no dia 30, o Ministro da Defesa determinou ao General Hertz^{II} o estabelecimento de um Comando Conjunto, a fim de responder às necessidades do Estado. A decisão considerou as previsões de continuidade das chuvas e o agravamento do cenário de calamidade. Na ocasião, tropas da região de Santa Maria já estavam sendo mobilizadas, com destaque para o emprego de helicópteros da Base Aérea de Santa Maria, direcionados para o município de Sinimbu.

Comando Conjunto é como denomina-se quando um Comando é estabelecido para que as três Forças trabalhem juntas em uma operação. E, devido à determinação do Ministro da Defesa, eu, que estava lá nessa inspeção dessa força de prontidão junto com o Comandante Militar do Sul, recebi ordem do General Hertz para retornar a Porto Alegre, para coordenar as ações iniciais no nosso Centro de Coordenação de Operações.

Nesse trajeto, foi possível sentir as dificuldades logísticas impostas iniciais. No dia 30, uma das rodovias estava com a ponte caída, portanto uma viagem de Santa Maria a Porto Alegre que normalmente levaria cerca de cinco horas, demorou doze. Foi necessário desviar pelo sul do estado, na altura quase da cidade de Bagé, para conseguir chegar com segurança.

^I Operação Taquari – foi desencadeada em setembro de 2023, após as enchentes no Vale do Taquari, com emprego de meios das Forças Armadas em apoio aos entes públicos e à população atingida. A operação envolveu helicópteros, meios de engenharia e efetivos da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, além de articulação com órgãos como Defesa Civil, Bombeiros e Polícia Militar. Sobre a Operação Taquari I, ver HICKERT, Luciano. Operação TAQUARI, ensinamentos em operações interagências. 5 out. 2023. Disponível em: <https://eblog.eb.mil.br/w/operacao-taquari-ensinamentos-em-operacoes-interagencias>. Acesso em: 10 mar. 2026.

^{II} General de Exército Hertz Pires do Nascimento – comandou o Comando Militar do Sul entre abril de 2023 e de agosto de 2025. Atualmente, exerce a chefia do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército. No Comando Militar do Sul, foi sucedido pelo General de Exército Luís Cláudio de Mattos Basto.

Figura 2 – General de Exército Hertz Pires do Nascimento, Comandante do Comando de Operações Conjuntas da Operação Taquari II, que esteve a frente da Operação



Fonte: Maia (2024)

ORGANIZAÇÃO INICIAL

A partir do reconhecimento dessa crise, quais foram as iniciativas adotadas pelo Comando Militar do Sul?

A partir da ordem do Ministro da Defesa no dia 30 de abril de 2024, foi imediatamente estabelecido o Centro de Operações Conjuntas, sediado no CMS. A decisão decorreu da determinação ministerial que instituiu o Comando Conjunto, nomeando o General Hertz como seu comandante, ainda durante a agenda em Santa Maria. Na sequência, as ordens foram transmitidas, e a Força Aérea Brasileira e a Marinha do Brasil receberam o prazo de 30 de abril a 1º de maio para mobilizar e deslocar seu pessoal ao Centro de Operações. A operação foi oficialmente ativada em 1º de maio de 2024, data em que foi oficialmente estabelecida.

Como as Forças Armadas sempre atuam em apoio à Defesa Civil em situações de calamidade pública, e como essa coordenação já havia ocorrida recentemente, isso fornecia alguma experiência prévia. Por exemplo, em abril de 2023, houve uma ocorrência de um tornado no litoral do Estado, com registro de mortes. Ademais, houve ainda as fortes enchentes no Vale do Taquari, na região de Lajeado, que, no contexto das operações, recebeu a denominação de Taquari, no meio do ano anterior, quando o Exército já teve expressiva participação. Além disso, em novembro daquele ano, também aconteceu um grande vendaval em Porto Alegre, quando diversas áreas foram atingidas e residências ficaram sem energia durante cerca de dez dias. Em todos esses eventos, pegando o recorte apenas do ano de 2023, contaram com a participação de militares apoiando a população. Sempre de alguma maneira o Exército participou, seja retirando árvores das ruas, levando comida ou montando hospital de campanha. Então, o Exército possui essa missão constitucional, que é baseada na Lei Complementar nº 97, de 1999, na qual prevê esse apoio à Defesa Civil. Portanto, o Exército possui experiência nessa categoria de missão e nesse apoio recorrente prestado em situações de calamidade.

Pessoalmente, ao longo da carreira, em quase quarenta anos de serviço, já tive participações em diversas operações semelhantes em diferentes lugares. Isso permite adquirir uma noção inicial do que precisa ser providenciado e de onde buscar os meios necessários. Porém, nada comparável com o que ocorreu no Rio Grande do Sul. Essa enchente é apontada como a maior tragédia do estado, mas foi muito mais do que isso. Foi a maior tragédia dessa natureza que o Brasil já enfrentou, ao menos dentro do que existe de conhecimento e de dados que permitem confirmar isso.

A dimensão do evento foi sendo gradualmente compreendida à medida que a situação evoluía. Ainda assim, graças ao conhecimento acumulado em experiências anteriores e à existência de protocolos estabelecidos para situações de crise, foi possível contar com diretrizes claras sobre as medidas a serem adotadas.

Figura 3 – Imagem aérea do RS durante a enchente em 2024



Fonte: Redação Forças de Defesa (2024)

PRIORIDADES E RESPOSTA INICIAL

A partir do cenário inicial de incerteza, como o Comando Militar do Sul organizou o Centro de Operações, definiu as prioridades mais urgentes e estruturou os primeiros movimentos da Operação Taquari 2?

As dificuldades nos primeiros dias estavam muito relacionadas à ausência de consciência situacional sobre o que ocorria. Ninguém possuía uma visão clara da situação. Nem a imprensa, nem o governo do Estado sabiam exatamente o que estava acontecendo. Essa ausência ocorreu porque, logo nos primeiros dias de chuvas, algumas torres de telefonia caíram, rodovias foram interrompidas e houve diversos pontos de ruptura no sistema viário do Estado.

Foram registrados mais de duzentos pontos de queda de rodovias em dezenas de estradas estaduais. Ou seja, houve interrupção do fluxo terrestre, de energia elétrica em alguns municípios e das comunicações em várias localidades. Dessa forma, o principal desafio inicial era estabelecer consciência situacional, para que o esforço pudesse ser direcionado aos locais de maior necessidade.

Inicialmente, a Operação Taquari foi dividida em várias fases. A primeira fase estava totalmente voltada para a preservação da vida humana, ou seja, para o resgate das pessoas e para a garantia de que nada faltasse àquelas que estavam isoladas. Durante o período da operação, foram registradas cerca de 185 mortes e 23 pessoas desaparecidas. Além disso, segundo o último relatório da Defesa Civil (2025), o número de afetados pelas enchentes foram de 2.398.255.

Diante da gravidade da situação, a primeira prioridade foi o salvamento de vidas, com o emprego de botes, aeronaves e caminhões. Foram amplamente divulgadas imagens de caminhões militares operando em áreas alagadas. Embora à primeira vista pudesse parecer uma situação de erro ou imprudência, tratava-se de uma ação planejada. Esses veículos eram de grande porte e especialmente preparados para operar em regiões inundadas, com altura e capacidade que lhes permitiam acessar locais onde outros veículos já não conseguiam mais atuar.

Um exemplo emblemático ocorreu no bairro Mathias Velho, em Canoas, onde houve o rompimento de um dique de contenção. Em questão de minutos, a água se elevou rapidamente, surpreendendo as equipes que já atuavam no local. Naquele momento, os caminhões militares de grande porte encontravam-se no interior do bairro — que possui cerca de trinta mil habitantes — realizando resgates, e não houve tempo hábil para que todos os veículos deixassem a área antes do avanço da inundação.

Diante do cenário, esses caminhões tornaram-se os únicos meios capazes de acessar a região alagada para dar continuidade às opera es de salvamento. Cada veículo que conseguia sair transportava, em média, de dez a trinta pessoas sobre a

carroceria, o que evidencia a utilidade desse equipamento em situações de resgate em alagamento.

Além do resgate, houve outra preocupação inicial: garantir que não faltassem suprimentos para as pessoas isoladas. A principal preocupação era com o abastecimento de alimentos e água, pois a falta desses poderia gerar rapidamente uma situação ainda mais grave.

Nesse sentido, foram realizadas algumas operações de lançamento de alimentos por paraquedas. Houve um lançamento na região próxima de Charqueadas e na região de São Jerônimo, além de outro na Colônia de Pescadores Z-13, em Pelotas. Essas ações foram realizadas justamente para garantir que não faltasse comida para as pessoas isoladas. Esse esforço não foi apenas resultado da atuação do Comando Conjunto, mas também da população civil, que se organizou de forma muito expressiva, especialmente por meio de voluntariado e doações. Houve problemas, naturalmente, mas ninguém ficou sem comida e sem água. Essa foi uma prioridade inicial da operação.

Depois disso, veio a fase de apoio à reconstrução. Nesse momento, foram empregados diversos meios das Forças Armadas, incluindo mais de duzentas máquinas utilizadas para desobstrução de vias e retirada de entulhos. Em alguns casos, as prefeituras possuíam as máquinas, mas não tinham operadores suficientes para utilizá-las. Um exemplo foi em Porto Alegre. A prefeitura adquiriu equipamentos rapidamente, mas não possuía pessoal suficiente para operá-los. Dessa forma, as Forças Armadas também disponibilizaram operadores. Ou seja, além de fornecer meios, as Forças Armadas forneceram pessoal, que foram empregados para operar máquinas, retirar entulho das ruas e recolher o lixo acumulado.

Além disso, há uma questão de pouco conhecimento e repercussão pública: a destinação do lixo doméstico acumulado pela enchente. Tornava-se imperativo remover rapidamente os resíduos para não gerar, também, uma crise sanitária. Não se tratava dos resíduos provenientes das áreas diretamente atingidas, mas sim do lixo

doméstico cotidiano gerado nos bairros não alagados de Porto Alegre, cujo sistema regular de coleta e destinação havia sido comprometido pela crise. Nesse sentido, foi necessário buscar uma solução emergencial. Para isso, a Prefeitura de Porto Alegre passou a destinar temporariamente o lixo para uma área militar, o 3º Batalhão de Comunicações do Exército, localizado na região da Serraria. Trata-se de um espaço que, no passado, havia sido utilizado como aterro sanitário.

A viabilização dessa medida exigiu articulação institucional com o Ministério Público, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a secretaria municipal correspondente. Foram obtidas licenças ambientais emergenciais e firmado um termo de ajustamento que autorizou, em caráter excepcional e temporário, o uso daquela área para o recebimento dos resíduos. A medida visava assegurar a continuidade da coleta urbana e evitar que o lixo se acumulasse nas ruas, respeitando os limites legais e ambientais mesmo em contexto de calamidade pública.

Esse é um exemplo de problema que precisou ser resolvido durante a operação. Outro exemplo foi a limpeza das escolas. Depois que as águas baixaram, as Forças Armadas participaram da limpeza de aproximadamente 175 escolas. Essa ação precisou ser tomada, pois no pico da crise, cerca de 180 mil pessoas residiam em abrigos públicos ou de outras instituições, sem contar aquelas que foram acolhidas em casas de parentes ou amigos. Esse número era uma estimativa baseada nos cadastros realizados pela Defesa Civil, que controlava a distribuição de alimentos e suprimentos nesses locais. A partir dessa situação, surgiu uma preocupação adicional. As pessoas estavam abrigadas em escolas e outros espaços públicos, e era necessário permitir que a vida começasse a retornar gradualmente à normalidade. Para que um pai pudesse voltar ao trabalho, era necessário que seu filho pudesse voltar à escola. Por isso, as Forças Armadas participaram da limpeza de cerca de 175 escolas, permitindo a retomada das aulas e ajudando a restabelecer a rotina das famílias.

Figura 4 – militares do Exército organizando as doações para a população atingida



Fonte: Brasil (2025)

Além das escolas, também foram realizadas ações de limpeza em unidades de saúde, incluindo postos de saúde e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que haviam sido atingidos pela enchente. Houve também operações de evacuação hospitalar, como ocorreu no Hospital Mãe de Deus em Porto Alegre. Em determinado momento, a água atingiu o térreo do hospital, o que comprometeu o fornecimento de energia elétrica e atingiu o sistema de geradores. Com isso, o hospital deixou de ter condições de funcionamento, inclusive para pacientes em estado grave. Diante dessa situação, foi necessário evacuar o hospital, retirando mais de 100 pessoas durante a operação.

Ou seja, foram realizadas diversas ações, sempre em cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais. Em muitos casos, as próprias instituições eram orientadas a formalizar os pedidos de apoio, para que a atuação das Forças Armadas permanecesse dentro da legalidade. Como no caso da Defesa Civil, que era solicitada que formalizasse a demanda, para que as Forças Armadas pudessem executar a atividade com respaldo jurídico, evitando qualquer interpretação de que assumiriam atribuições de outros órgãos do Estado.

PREPARAÇÃO E DESDOBRAMENTO

Tendo em vista a complexidade da situação e a necessidade de resposta rápida, como se deu a organização dos meios e das instituições para a Operação Taquari II?

Do ponto de vista legal, para se estabelecer uma operação de apoio à Defesa Civil, as Forças Armadas precisam receber um pedido formal do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Em termos formais, as Forças Armadas, sob ordem do Ministério da Defesa, precisam ser acionadas por outro ministério, justamente para evitar interferência nas atribuições de outros órgãos do Estado.

Nesse caso específico, o Estado do Rio Grande do Sul solicitou apoio ao Exército, que, então, comunicou o Ministério da Defesa. Na sequência, o Estado encaminhou a solicitação formal ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio de documento oficial, viabilizando assim o emprego dos meios necessários para o atendimento da situação emergencial.

Operacionalmente, o Comando Conjunto já havia sido formado e as ações iniciais adotadas, porque já se percebia a necessidade de atuação imediata. Contudo, do ponto de vista jurídico-administrativo, era necessário aguardar a formalização do acionamento. As atividades iniciais já estavam sendo realizadas enquanto a documentação formal era aguardada.

Existe, portanto, uma estrutura legal estabelecida, bem como uma cultura organizacional própria das Forças Armadas, regulada por normas específicas. Já a interação com outros órgãos ocorreu de maneira progressiva. No início, as Forças Armadas atuavam praticamente de forma isolada no Quartel-General, mantendo contato principalmente com a Defesa Civil e com a Polícia Militar, instituições com quem o Exército já tem maior experiência para atuar de modo conjunto nesse tipo de operação. Contudo, o próprio Centro de Operações acabou sendo atingido

pela enchente. Alguns dias depois, foi necessário evacuar o local, e as atividades foram transferidas para um quartel de cavalaria localizado na Avenida Ipiranga^{III} em Porto Alegre.

No transcorrer das atividades, verificou-se que o mesmo problema havia ocorrido com diversos órgãos do poder público, nas esferas municipal, estadual e federal, que também haviam perdido acesso a seus centros de comando operacional e locais de trabalho. A partir dessa situação, esses órgãos também passaram a realizar ações no aquartelamento da Avenida Ipiranga e a participar das reuniões realizadas pelo comando.

Dessa forma, começaram a ser realizados *briefings* diários, inicialmente duas vezes por dia, pela manhã e à tarde. Foi estabelecido um procedimento simples: caso alguma instituição tivesse uma demanda, bastava participar do *briefing* e apresentar a necessidade, assim, algum dos órgãos presentes buscaria encaminhar uma solução. Nesse sentido, nem sempre as Forças Armadas eram responsáveis por resolver essas demandas e em vários casos, a solução era conduzida por outros órgãos, como a Polícia Civil, o Ministério Público, a Polícia Federal ou a Receita Federal.

Há diversos exemplos de como essa proximidade permitiu uma sinergia de esforços. Por exemplo, em determinado momento, doações vindas do exterior demandaram o cumprimento de procedimentos alfandegários para a entrada de equipamentos no país. O superintendente da Receita Federal, presente nas reuniões, foi informado de que havia chegado ao Aeroporto do Galeão um sistema de purificação de água enviado do Canadá. Com essas informações, pode atuar para providenciar a liberação do equipamento em Guarulhos, buscando agilizar o processo alfandegário.

Dessa forma, quando os diferentes órgãos passaram a frequentar o Centro de Operações e perceberam que ali os problemas estavam sendo resolvidos com rapidez, essa percepção se difundiu entre as instituições. Gradualmente, mais órgãos passaram a participar das reuniões. Ao longo da operação, mais de 120 instituições

^{III} Refere-se ao 3º Regimento de Cavalaria de Guardas (3º RCG) – também conhecido como Regimento Osório, é uma unidade histórica do Exército Brasileiro sediada em Porto Alegre, RS. Considerado o mais antigo Regimento de Cavalaria do país, com origem em 1737 sob o nome de Regimento Dragões do Rio Grande. Foi empregado ativamente na Campanha da Cisplatina (1825) e na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1876). Abriga os restos mortais do Marechal Manuel Luís Osório, patrono da arma de cavalaria.

participaram das reuniões em algum momento, seja para apresentar demandas ou para apoiar a execução de alguma missão.

É importante destacar que o Comando Conjunto não possuía autoridade legal para determinar a participação de outros órgãos. Tal autoridade só é possível em situações excepcionais de segurança pública, como operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), e esse não era o caso da Operação Taquari II. Portanto, os demais órgãos participaram de forma voluntária, pois perceberam que naquele espaço havia uma capacidade maior de coordenação e de resolução rápida de problemas, com ganhos evidentes de eficiência e eficácia.

DEMANDAS E APOIO

Ao longo da Operação, houve a necessidade de mobilizar reforços adicionais ou de estruturar novas frentes de atuação?

Inicialmente, cabe pontuar que o CMS é o maior comando militar de área do Exército Brasileiro, abrangendo três estados da federação. Nessa área, há aproximadamente cinquenta mil homens e mulheres militares. Então, assim que a situação começou a agravar-se, foram identificados os principais pontos críticos e acionadas tropas do Paraná e de Santa Catarina. Também foram solicitados reforços de outras regiões do Brasil, principalmente em áreas específicas, como aviação e logística.

A Força Aérea e a Marinha fizeram o mesmo, mobilizando meios e pessoal de outras regiões. Vieram, por exemplo, fuzileiros navais do Rio de Janeiro, enquanto a Força Aérea deslocou mais aeronaves e equipes de apoio.

No caso do Exército, as tropas foram redistribuídas conforme as áreas de maior necessidade. Militares do Paraná foram deslocados para atuar no Vale do Taquari. Assim que chegaram, assumiram as missões naquela região, permitindo que as tropas locais fossem empregadas em outras áreas críticas. Militares de Florianópolis, Blumenau e

Joinville foram empregados na região de Canoas e Esteio, onde a situação era mais grave naquele momento. Já militares da fronteira, de cidades como Uruguaiana e Bagé, que não estavam enfrentando problemas tão severos, foram deslocados para regiões como Eldorado do Sul e Guaíba, junto com a Marinha, que também atuou na região. Ou seja, à medida que os problemas eram identificados, as tropas eram redistribuídas para apoiar as regiões mais afetadas.

Após a fase inicial de resgates e envio de suprimentos, veio a etapa de reconstrução. Como referido anteriormente, envolveu limpeza de escolas, postos de saúde e retirada de móveis e entulhos das casas atingidas. Em alguns casos, foram realizados mutirões com a própria comunidade atingida. Houve, por exemplo, um grande mutirão na região do bairro Humaitá em Porto Alegre, onde diversas casas foram limpas com a participação conjunta de militares e moradores.

Na prática, foi realizado um pouco de tudo. Existiam missões principais, mas, sempre que havia possibilidade de contribuir em alguma necessidade concreta, as tropas procuravam ajudar. E, muitas vezes, os comandantes que estavam diretamente nas áreas atingidas tomaram iniciativas locais, atendendo pedidos imediatos da população, sem que isso necessariamente chegasse ao nível do comando central.

Além disso, houve também um grande esforço no resgate de animais. Cerca de 8 mil animais foram resgatados ou encaminhados para abrigos. Foram organizadas feiras de adoção, com cerca de 200 animais sendo adotados na primeira delas. Nas seguintes, o número foi menor, uma vez que o impacto inicial da tragédia, naturalmente, vai diminuindo com o tempo.

Também foram realizadas transferências de animais entre abrigos, por exemplo, de Canoas para Guaíba e Viamão, para melhor distribuir os cuidados. No caso dos cavalos, muito se recorda do cavalo que ficou conhecido como “Caramelo”, que ganhou grande repercussão nas redes sociais. No entanto, foram resgatados dezenas de outros cavalos em diferentes regiões do Rio Grande do Sul.

EXPERIÊNCIA MILITAR

De que maneira as experiências anteriormente citadas contribuíram para a condução da Operação Taquari II?

Falando de exemplos pessoais, já participei de combate a queimadas em Roraima e no Mato Grosso, no Pantanal. Também fiz parte de operações de abastecimento de água no Nordeste e de operações relacionadas a deslizamentos em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Fui o comandante de uma unidade militar em Santa Catarina no momento que ocorreu o acidente com o avião da Chapecoense, um episódio que gerou grande comoção nacional.

Também estava em Santa Catarina quando houve um tornado, que não teve tanta divulgação porque ocorreu no interior do estado e as redes sociais ainda não tinham tanta presença, mas foi um tornado que destruiu aproximadamente cinco quadras da cidade de Xanxerê. Foi um fenômeno extremamente impactante para a cidade.

Essa experiência profissional de lidar com diferentes tipos de situações é algo que ocorre ao longo da carreira militar, não é individual. Militares do Exército, de forma geral, já participaram de abastecimento de água no Nordeste, de enfrentamento de secas na Amazônia, de enchentes no Pantanal ou de incêndios no Pantanal, entre outras situações. Isso faz parte da profissão militar.

Existe uma expressão muito utilizada no meio jurídico que diz que quem pode mais pode menos. A lógica que aplicamos é semelhante. As Forças Armadas se preparam para o principal evento de desorganização possível, que é a guerra. Militares estudam, planejam e treinam constantemente para esse cenário, da mesma forma que diferentes profissões estudam e se especializam em suas áreas de conhecimento. Quando militares procuram se preparar para um cenário de caos maior, como seria uma guerra, também desenvolvem capacidades que permitem lidar com situações calamidade, como desastres naturais ou crises humanitárias. Nesse sentido, os

militares são preparados para lidarem com situações de alta pressão psicológica, com planejamento complexo e emprego de grandes contingentes, isso acaba gerando uma capacidade adicional para resolver problemas que exigem menos estrutura ou menos planejamento.

No entanto, cabe pontuar que os militares não são formados especificamente para atuarem em operações de socorro à população em desastres naturais. Mas, ao longo da carreira militar, há uma formação contínua voltada ao planejamento, ao trabalho em estado-maior e ao emprego de tropas e de meios logísticos. Esse conjunto de capacidades também acaba proporcionando uma condição maior de resposta quando situações como essas ocorrem.

Figura 5 – General Zucco em apresentação da Operação Taquari 1 (2023), o CMS já havia atuado em ações de apoio a Defesa Civil em 2023



Fonte: Thiel (2023)

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E FORÇAS ARMADAS

Algumas Forças Armadas ao redor do mundo têm discutido adaptações institucionais relacionadas às mudanças climáticas, inclusive com debates sobre desenvolvimento doutrinário e preparação específica para esse tipo de cenário. Há algum movimento semelhante nas Forças Armadas brasileiras, seja em termos de experiências institucionais, seja em mudanças na formação ou em programas de treinamento?

Em parte sim, por exemplo, no CMS, é realizado anualmente um exercício e também um simpósio voltados para a defesa civil. No ano passado, esse evento foi realizado em Porto Alegre, organizado pela 6ª Divisão de Exército. Posteriormente, essa missão foi atribuída à 5ª Divisão de Exército, que realizou o evento em Florianópolis, em Santa Catarina. Nesses exercícios de defesa civil, são convidados diversos órgãos que atuam nesse tipo de situação, como a Defesa Civil, a Polícia Militar e outras instituições que possam ter alguma participação específica nas operações em eventual necessidade. A intenção é promover um espaço de interação entre as instituições e pessoas, algo que facilita muito a coordenação quando uma situação real ocorre.

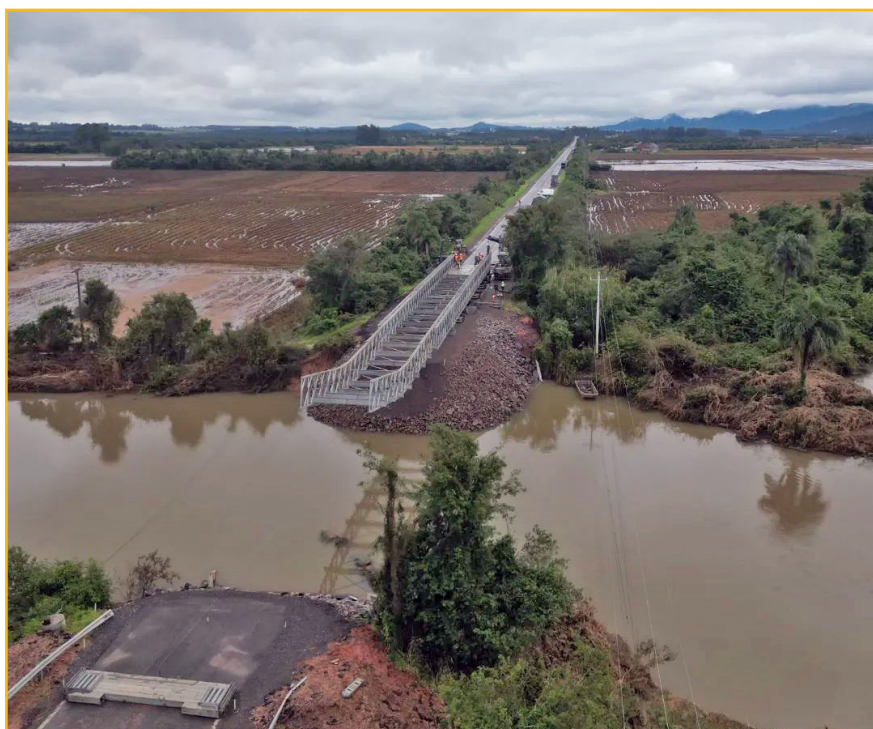
Em 2026, está prevista a realização de um exercício conjunto com a Argentina. Dessa vez, o simpósio será realizado em território argentino, com coordenação do Ministério da Defesa. Trata-se de um exercício voltado justamente para cenários de defesa civil. Ou seja, as Forças Armadas também se preocupam com esse tipo de situação, assim como se preocupam com as demais missões institucionais.

Por outro lado, a criação de unidades militares especificamente dedicadas a esse tipo de atuação exige bastante cautela, pois existe a preocupação de não invadir as atribuições de outros órgãos do Estado. Existem instituições que possuem responsabilidade direta por essas atividades, como a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, as Defesas Civis estaduais e as Defesas Civis municipais.

Portanto, não cabe às Forças Armadas simplesmente decidir assumir esse tipo de missão de forma permanente, visto que a responsabilidade primária é desses órgãos especializados. São essas instituições que têm a competência de atuar inicialmente e, se necessário, de solicitar o apoio das Forças Armadas. A intenção não é realizar o trabalho de outros órgãos, uma vez que as Forças Armadas já possuem um conjunto amplo de missões e recursos limitados para executá-las.

Por essa razão, não há uma priorização específica na aquisição de equipamentos voltados exclusivamente para esse tipo de missão. O que existe são equipamentos chamados de uso dual, ou seja, equipamentos que possuem uma finalidade principal voltada para operações militares, mas que também podem ser utilizados em situações de apoio à população. Um exemplo disso são os meios de engenharia, especialmente as pontes militares. Essas pontes são adquiridas com finalidade operacional para situações de guerra, mas, na Operação Taquari II, foram utilizados diversos meios de transposição, em cerca de 29 pontos diferentes de passagem.

Figura 6 – montagem de ponte a BR/RSC-287 pela engenharia do Exército



Fonte: Galante (2024)

Da mesma forma, quando o Exército adquire botes para as unidades de engenharia, esses equipamentos possuem uma função voltada ao combate, mas também podem ser empregados em operações de apoio à defesa civil, como resgates ou transporte de pessoas em áreas alagadas. Nesse sentido, existe uma lógica de preparação baseada em capacidades que podem ser utilizadas tanto em operações militares quanto em situações de apoio à população.

EMPREGO DOS HELICÓPTEROS

Na Operação Taquari II, houve atuação conjunta do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e os meios aéreos tiveram papel fundamental, sobretudo no acesso às áreas isoladas pelas enchentes. Quais considerações podem ser feitas sobre o emprego de helicópteros? Há a previsão de adquirir mais aeronaves, inclusive para emprego no Rio Grande do Sul?

Sobre a questão do helicóptero, é importante entender que é um meio nobre e muito útil nesse tipo de operação. Muitas vezes, crianças sendo retiradas de telhados de casas ou de distribuição de comida em pontos específicos foram visualizadas nessa crise, o que foi possível pelo emprego das aeronaves de asa rotativa; no entanto, elas também tem suas limitações.

Nos primeiros dias da operação, especialmente nos cinco primeiros dias, muitos helicópteros não conseguiram chegar ao Rio Grande do Sul. Alguns helicópteros, por exemplo, saíram de Taubaté, em São Paulo, chegaram até Santa Catarina, na região de Blumenau e Criciúma, mas não conseguiam passar para o Rio Grande do Sul por causa das condições meteorológicas.

Isso ocorre porque há limitações impostas pelas condições de voo. Em uma situação de guerra ou de urgência extrema, eventualmente, pode se assumir um risco maior, porém, em operações dessa natureza, também é necessário preservar a segurança do piloto e da aeronave, até para não comprometer a continuidade das

operações. Nos primeiros dias, portanto, diversos helicópteros ficaram retidos e não conseguiam chegar ao Rio Grande do Sul. Tentava-se chegar pela serra ou pelo litoral, no entanto, quando alcançavam a região de Criciúma, enfrentavam dois ou três dias de condições meteorológicas muito adversas. Os primeiros helicópteros que conseguiram atravessar essas nuvens vieram voando visualmente, acompanhando a BR-101. Ou seja, não conseguiam enxergar praticamente nada à frente e seguiam a rodovia como referência, voando em baixa altitude, o que naturalmente aumenta o risco da operação.

Figura 7 – Resgate com uso de helicóptero durante a Operação Taquari II



Fonte: Bastos Júnior (2024)

Quanto ao emprego nas Forças Armadas, a missão relacionada ao espaço aéreo e à defesa aérea é da Força Aérea. O Exército tem helicópteros, mas a principal missão deles é o apoio logístico e o apoio ao combate terrestre. A tropa de combate do Exército que mais utiliza helicóptero fica em São Paulo. Inclusive, estou designado para o comando da 2ª Divisão de Exército que possui uma Brigada Aeromóvel^{IV}. Uma brigada dessa natureza possui cerca de 5 mil militares, cuja missão, em termos simples, consiste em combater com apoio do meio aéreo, sendo transportada de uma área para outra por meio do emprego de helicópteros.

^{IV} 12ª Brigada de Infantaria Aeromóvel – sediada em Caçapava-SP, no estado de São Paulo, é uma das Forças de Emprego Estratégico do Exército Brasileiro. Encontra-se diretamente subordinada à 2ª Divisão de Exército, grande comando operacional do Comando Militar do Sudeste. Trata-se de uma grande unidade prioritariamente vocacionada para operações aeromóveis, isto é, operações em que tropas e meios são deslocados por helicópteros para alcançar objetivos em profundidade e projetar poder de combate com rapidez no terreno. Sua localização está estrategicamente deixada com o Comando de Aviação do Exército, sediado em Taubaté-SP,

Quanto as aeronaves, as Forças Armadas também se preocupam em manter o nível de disponibilidade. Estão sendo incorporados novos helicópteros *Black Hawk*, que são helicópteros de emprego militar, com grande capacidade de transporte e apoio em operações. Contudo, há também limitações logísticas e de manutenção. Não é possível distribuir helicópteros desse tipo por todas as cidades, pois existe um custo elevado para mantê-los em operação. Caso a manutenção do helicóptero não seja algo mais simples, é necessário enviá-lo a Taubaté. Uma hora de voo de um helicóptero desse porte tem custo elevado, o que faz com que seja necessário empregar esse meio com critério.

Então, no caso do Exército, é complexo aumentar a quantidade de helicópteros. O Exército possui um número aproximado de 100 helicópteros e há o entendimento que, com esse número, pelo menos nas condições orçamentárias atuais, consegue cumprir sua missão constitucional. Isso vale para o transporte aeromóvel, da Brigada Aeromóvel, para helicópteros de ataque e para os helicópteros logísticos, principalmente na região da Amazônia.

Atualmente, já existem algumas bases aéreas de helicópteros no Exército. A maior delas fica em Taubaté, em São Paulo, onde iniciou a aviação do Exército. Há também uma base em Campo Grande, uma em Manaus e, mais recentemente, foi criada uma base em Belém, porque é uma região em que há maior necessidade. No norte, existe uma grande precariedade de infraestrutura de estradas. Então, quando se avalia onde priorizar os meios que não dependem dessa infraestrutura, a prioridade recai sobre a Amazônia e o Pantanal. Por isso, esses meios não são trazidos para o Sul do país em maior quantidade.

Além disso, o país é muito grande. Na Amazônia, em alguns locais, percorrem-se 400 quilômetros sem existir uma estrada. Em 1996, como tenente, comandeí um pelotão de fronteira chamado Auaris.^v Ainda hoje só se chega lá por aeronave.

Quando comandeí esse pelotão, havia 75 militares, dois funcionários da FUNAI, dois

^v 5º Pelotão Especial de Fronteira (5º PEF) – organização militar subordinada ao Comando Militar da Amazônia. Está localizado em Auaris (445 quilômetros de Boa Vista), no extremo noroeste do estado de Roraima, encravado na Terra Indígena Yanomami, próximo à fronteira com a Venezuela. O 5º PEF desempenha importante função de proteção da fronteira norte, bem como o combate ao garimpo ilegal, e o enfrentamento da emergência em saúde pública na Terra Indígena Yanomami.

funcionários da Fundação Nacional de Saúde, um pastor canadense, uma freira católica brasileira e os Yanomami. E Auaris continua lá, nas mesmas ou em condição parecidas, ou seja, ainda existem lugares assim no Brasil.

Figura 8 – General Zucco, então comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, em visita a Auaris, Roraima, onde está sediado o 5º Pelotão Especial de Fronteira



Fonte: Acervo pessoal do Gen Zucco (2024)

LOGÍSTICA MILITAR

Considerando a sua experiência anterior no Comando do 3º Grupamento Logístico em Porto Alegre, a partir dessa dimensão da calamidade pública e da mudança climática, quais lições foram tiradas para a logística do Exército?

O período da pandemia foi marcado por grande complexidade. Um aspecto pouco conhecido, mas de extrema relevância, foi o risco de desabastecimento de medicamentos essenciais no Rio Grande do Sul, situação que poderia ter levado à

morte de muitos pacientes. Enquanto em Manaus a crise se manifestou de forma mais aguda pela falta de oxigênio, no Rio Grande do Sul houve forte preocupação com a disponibilidade de bloqueadores neuromusculares, medicamentos utilizados para manter pacientes sedados durante o processo de intubação.

O estoque desse medicamento quase acabou e foi preciso buscá-lo no Uruguai. Foi feita uma importação, onde a diplomacia brasileira foi importante, mas além das tratativas diplomáticas, era necessário uma operação logística complexa. Isso porque, atendendo a solicitações das secretarias de saúde do estado, foi prestado apoio a aproximadamente 260 hospitais distribuídos em todo o território gaúcho por meio da distribuição desses medicamentos.

Esse bloqueador neuromuscular era indispensável, pois muitos pacientes com Covid-19 encontravam-se nas unidades de terapia intensiva (UTI) e necessitavam permanecer sedados durante a ventilação mecânica, já que não é possível suportar a intubação com plena consciência. Nesse contexto, a manutenção do fornecimento desses medicamentos foi essencial para a continuidade dos tratamentos e certamente contribuiu para salvar vidas.

Nesse sentido, foi preciso deslocar caminhões até a fronteira, retirar o material, realizar os procedimentos junto à Receita, transportá-lo ao estado, fracionar as remessas e distribuí-las entre os hospitais. Diariamente, veículos partiam levando pequenas quantidades do medicamento para diferentes municípios, muitas vezes em caixas térmicas destinadas a hospitais menores. Em alguns casos, realizava-se o deslocamento até cidades como Sinimbu com doses suficientes para aproximadamente uma semana de uso.

De modo contínuo, a cada dois ou três dias, saía uma frota de carros distribuindo entre o total de 260 hospitais. O fluxo era de a cada três dias, mais de cinquenta hospitais. Uma experiência pessoal que tive, foi em uma noite de sexta-feira em que recebi a ligação da secretária do Estado, Arita Bergmann, relatando que o bloqueador iria faltar no hospital Passo Fundo de madrugada. Nós armazenávamos

essa medicação, controlávamos a temperatura em uma câmara fria, loteávamos e distribuíamos, estava toda no batalhão, mas o estoque em Passo Fundo ia acabar, era necessário que o medicamento chegasse lá.

À noite, evita-se deslocar, por razões de segurança, portanto, decidi ir pessoalmente, porque não mandaria um subordinado naquelas condições. Cito esse exemplo, dada a menção a minha experiência no comando do Grupamento Logístico, para explicar que é muito importante ter flexibilidade. Existem os meios, existe o planejamento, mas é preciso ter flexibilidade. Muitas vezes, é preciso pensar fora da caixa para resolver os problemas.

Outro exemplo, foi a questão da vacinação dos cães contra a raiva nas enchentes. Foi algo articulado por meio de contato com o Ibama. As primeiras vacinas, dez mil doses que chegaram ao Rio Grande do Sul, ficaram dentro do Batalhão de Polícia do Exército, com uma veterinária militar controlando a temperatura, para que houvesse vacina para vacinar os animais que estavam nos abrigos. Essas pequenas coisas, muitas vezes, não se sabe que estão ocorrendo. Não veem esse problema porque há alguém pensando naquilo. E isso é obrigação nossa, do Exército. Essa experiência e essa capacidade de planejamento acabam sendo desenvolvidas, por vezes, no batalhão de suprimento, inclusive no cuidado com medicamento.

Retomando a Operação Taquari II, como mencionado, nas fases iniciais, depois do resgate, o principal objetivo era não deixar faltar comida. Mas o que aconteceu? O Brasil inteiro se mobilizou e começaram as arrecadações no país inteiro. O povo brasileiro é muito solidário, e o que era para ser algo muito bom, começou a virar um problema justamente pelo grande volume de doações. Chegou um momento em que havia mais do que os suprimentos necessários, mas era possível deixar estragar. Isso fez com que fossem feitas muitas distribuições com agilidade. Houve um final de semana em que foram empregados em torno de 30 caminhões no depósito da Defesa Civil, só distribuindo água, pois havia o receio de deixar estragar a água que tinha sido doada, o que criaria uma imagem muito ruim ao Estado e às pessoas que

doaram. Havia 50 militares só em um depósito fazendo esse trabalho de separação e descarregamento de cargas de doações.

Figura 9 – Militares da FAB em preparação de carga para transporte aéreo de suprimentos doados para a população do RS



Fonte: PMC (2024)

E a logística teve grande papel para o sucesso da operação. O maior comboio da história, pelo menos ao que parece, do Exército, foi feito de Brasília para cá. Mais de 200 viaturas, com muitos caminhões, trazendo comida da capital para o Rio Grande do Sul. Além disso foi feita uma parceria com os Correios, que têm uma capacidade logística muito grande e também traziam material de fora.

Além disso, há atividade permanente, nesta semana mesmo [09 de dezembro de 2025], há um apoio à Liga da Boa Vontade, que angariou cestas básicas para doar para o bairro Mathias Velho, em Canoas. Cerca de 700 cestas básicas devem ser descarregadas, com apoio de 20-30 militares.

Quanto ao Grupamento Logístico, no contexto da Operação Taquari II, foi uma organização militar que recebeu uma missão igual às outras, estando subordinada ao Comando Conjunto. Devido ao tamanho da operação, o Comando Logístico do

Exército, da Marinha e da Aeronáutica estiveram diretamente envolvidos, mas o escalão envolvido foi maior do que 3º Grupamento Logístico. O grupamento cumpriu a missão que era função dele, como as demais organizações.

Figura 10 – Comboio de viaturas do Exército em transporte de material para o RS



Fonte: Brasil (2025)

COOPERAÇÃO INTERAGÊNCIA

Como o Comando Conjunto coordenou a gestão logística, em parceria com outras instituições das demandas e dos desafios enfrentados?

Cabe frisar que o General Hertz Pires do Nascimento era o comandante do Comando Conjunto e que um dos motivos do sucesso, dentro daquilo que se pode compreender como sucesso na mitigação dos problemas, foi que nenhuma instituição é mais importante que a outra. O que se buscava era fortalecer cada instituição para que ela cumprisse a sua missão constitucional.

Um desafio da parte da logística é que ela pode se tornar um problema de

percepção de competência quando não se consegue dar destino ao material recebido na logística. Se o material estraga, se aparece uma conduta inadequada, como furto de material doado, também se cria um problema grave. Há, portanto, também a preocupação com a imagem da instituição, porque se faz um esforço tremendo, além de se ter de lidar com *fake news* e desinformação.

Há preocupação em todas as áreas que se possa imaginar. E há a preocupação com a imagem da instituição, porque o esforço coletivo e institucional é muito grande. No dia 18 de maio de 2024, as Forças Armadas tinham 18.998 militares trabalhando, se bem me lembro, foi o pico de emprego das Forças Armadas na Taquari II. Foi o pico de pessoal trabalhando conjuntamente também, incluindo as polícias, órgãos federais, Receita, FUNAI, Ministério da Saúde e os hospitais de campanha – havia quatro hospitais de campanha do SUS aqui. Chegou-se a ter 34 mil pessoas trabalhando coordenadas ou em parceria com o Comando Conjunto.

Buscou-se valorizar as instituições, sem hierarquizá-las. Todos sentavam à mesa e tinham o direito de falar e de demandar. Assim, houve preocupações para o apoio de determinados grupos, e essas demandas foram respeitadas e valorizadas. Por exemplo, houve apoios logísticos especificamente para indígenas e também para quilombolas, a partir da escuta de demandas de órgãos com a FUNAI. Havia também uma grande preocupação com a valorização da segurança pública e com o fortalecimento das instituições da área. Buscou-se evitar que as pessoas saíssem às ruas em determinadas condições. Na época, alguns especialistas em segurança chegaram a conceder entrevistas prevendo a ocorrência de caos, com saques a supermercados e residências; contudo, esse cenário não se concretizou.

Nesse sentido, foram realizadas patrulhas noturnas no bairro Mathias Velho com blindado, levando tropa da Polícia Militar em seu interior, porque esse era o meio que tinha condições de se deslocar dentro da água. Também foram feitas ações de fortalecimento. Há, além disso, uma relação muito boa com as polícias, tanto a Federal, quanto com a Rodoviária Federal e Estadual.

Figura 11 – Reunião de Coordenação da Operação Taquari II no 3º RCG



Fonte: Maia (2024)

APOIO DE SAÚDE E HOSPITAIS

Quais as considerações sobre o emprego dos hospitais de campanha, tanto em relação às dificuldades de mobilização e transporte quanto à importância dessa capacidade para a resposta operacional?

O primeiro hospital de campanha a ser instalado foi em Estrela. Houve dificuldade para chegar ao município por causa da água, porque a rodovia estava rompida. Era necessário deslocar-se até o ponto em que estava a equipe da Polícia Rodoviária Estadual, já que se tratava de uma rodovia estadual, e eles faziam medições frequentes do nível da água para verificar se o caminhão que transportava o hospital de campanha conseguiria passar.

O hospital de campanha veio de fora do Rio Grande do Sul, chegou por aeronave, foi colocado sobre um caminhão e deveria seguir para Estrela, que havia sido o primeiro local a solicitar a instalação. Para chegar até lá, perderam-se praticamente dois dias,

porque a água ainda não permitia a passagem do caminhão. Foi preciso esperar e monitorar continuamente o nível da água, para verificar se estava baixando ou não.

Foram mobilizados 13 hospitais no total. O Exército trouxe cinco, a Marinha dois, a Força Aérea dois e o Ministério da Saúde trouxe quatro hospitais de campanha. Esses hospitais foram transportados por via aérea, com exceção dos hospitais da Marinha, que chegaram pelo porto de Rio Grande. Dessa experiência, a unidade militar em Nova Santa Rita, que fica na região de Porto Alegre, agora dispõe de um hospital de campanha, adquirido pelo CMS. Essa estrutura já foi usado em Viamão, em apoio à prefeitura, durante um período de pico de casos de dengue.

Um ponto importante de um hospital de campanha é que ele precisa ter mobilidade, ser modular e de fácil transporte. Durante a operação, um detalhe pouco conhecido é que também houve a instalação de um hospital veterinário. Evidentemente, não se utilizou um hospital de campanha para esse fim, mas foram mobilizadas barracas que deram apoio a uma universidade, a uma ONG e a uma secretaria. A estrutura foi disponibilizada para que, nessas barracas, fosse montado o hospital veterinário.

Figura 12 – Militar em atendimento médico em um Hospital de Campanha



Fonte: Brasil (2025)

APOIO DA POPULAÇÃO E IMAGEM DA INSTITUIÇÃO

Qual foi a avaliação do Comando Conjunto acerca da atuação com diferentes órgãos e instituições, bem como com a população civil?

É importante destacar que a imagem das Forças Armadas são fruto de um trabalho contínuo. Na data da realização dessa entrevista, havia 65 militares em Erechim (RS), que atuavam há cerca de dez dias em razão de um vendaval com granizo muito forte que ocorreu na região. Há cerca de um mês, havia militares em Cachoeira do Sul (RS) em atividade de apoio a população. Esse tipo de emprego faz parte da rotina e acontece no Brasil inteiro. Ademais, citando outro exemplo, também há a entrega de água no sertão de Pernambuco e da Paraíba. E por que o Exército está há 15 anos entregando água? Porque, embora entregar água e controlar carro-pipa não sejam propriamente missões do Exército, a confiabilidade da instituição faz com que ela seja demandada nessas atividades.

É importante reconhecer que, como qualquer instituição composta por seres humanos, as Forças Armadas também enfrentam desafios internos. Com um efetivo de aproximadamente 210 mil militares, é natural que ocorram problemas, uma vez que a instituição é parte integrante da sociedade brasileira e reflete sua diversidade e complexidade. Observa-se, por exemplo, que muitos dos jovens que buscam ingressar na carreira militar são oriundos de contextos socioeconômicos mais modestos, com ensino médio completo ou menos, e enxergam nas Forças Armadas uma oportunidade de desenvolvimento profissional e estabilidade. Esse perfil contrasta com a menor procura por parte de jovens com maior poder aquisitivo, que tendem a seguir carreiras como medicina, direito, jornalismo ou relações internacionais. Some-se a isso o fato de que a carreira militar tem se tornado progressivamente menos atrativa, em um contexto de crescentes críticas dirigidas à instituição. Apesar do esforço cotidiano para atuar com dignidade e compromisso, o retorno recebido, muitas vezes, se expressa justamente na forma de críticas.

Quanto as repercussões negativas, as redes sociais ampliam muito esse problema, pois funcionam como um espaço em que o negativo é amplamente mais divulgado. Erros, catástrofes, falar mal de uma instituição ou destacar um problema acaba tendo mais repercussão, enquanto boas notícias costumam ter menor. Soma-se a isso a questão das *fake news* e também o uso oportunista das redes sociais por pessoas que buscam vantagens de diferentes naturezas, inclusive políticas e financeiras.

Infelizmente, é importante considerar que, no contexto de uma crise de grandes proporções, também surgem situações de desinformação e tentativas de exploração da situação para benefícios individuais. Em determinados momentos, circularam informações incorretas sobre a atuação do Exército, como no caso de um hospital que precisou ser evacuado devido à rápida elevação das águas. Apesar de alegações infundadas que circularam, a evacuação foi realizada com sucesso e não houve óbitos no local. Registrou-se, ainda, a atuação de um influenciador que divulgou acusações falsas contra a instituição. Em outra situação, foi identificada uma tentativa de desvio de cestas básicas em um município do estado, com possível finalidade eleitoral. Diante da suspeita, o Ministério Público foi acionado e adotou as providências cabíveis.

Esses episódios, embora isolados, demonstram a necessidade de permanente atenção institucional para garantir que a ajuda humanitária chegue efetivamente à população e que a atuação das Forças Armadas não seja distorcida por narrativas inconsistentes. Existe um zelo pela imagem da instituição, mas, antes disso, há a preocupação com a população. Se for necessário que um caminhão permaneça em área alagada para dar continuidade ao resgate, ele permanecerá. Da mesma forma, as passarelas — estruturas provisórias que permitiam a travessia de pedestres sobre áreas alagadas — foram mantidas em funcionamento mesmo sob condições de risco adicional, considerando que, em uma catástrofe, não se pode simplesmente deixar pessoas ilhadas. Embora projetadas para determinada velocidade de correnteza, assumiu-se um grau extra de risco para viabilizar a mobilidade e a saída da população.

Figura 13 – Engenharia do Exército em apoio a reconstrução do RS



Fonte: Brasil (2025)

Em determinado momento, uma dessas 29 estruturas foi levada pela água. O que repercute, porém, não é o resultado do trabalho contínuo. Ainda hoje, duas pontes instaladas pelo Exército seguem em operação na direção de Santa Maria, aguardando a reconstrução da estrutura definitiva. Quem passa pelo local encontra um pelotão controlando o trânsito em conjunto com os órgãos locais, com militares alojados na região para acompanhamento permanente da situação.

Assim, quando se fala em imagem institucional, não se trata apenas de preservar uma imagem. Trata-se de demonstrar à população que ela pode contar com Forças Armadas que, como qualquer instituição, enfrentam desafios e contradições internas, mas que se esforçam para atuar da melhor forma possível em benefício da sociedade.

A instituição em si é muito boa. Sou filho de sargento. Meu pai era colono, andava descalço, trabalhava e estudava desde os 11 anos de idade, quando saiu de casa. O caminho que encontrou para vencer na vida foi a carreira militar. Foi soldado, recruta, cabo e depois sargento. Hoje, teve um filho que é general. Infelizmente, não está mais conosco para ver isso. Também teve outros filhos que tiveram sucesso profissional. A instituição não está separada da sociedade brasileira; portanto, apresenta os seus

problemas, mas também as suas virtudes. Quando um problema é identificado, há atuação em cima dele.

LIÇÕES APRENDIDAS

Em termos institucionais do EB, quais são os principais ensinamentos para o país nos próximos anos? E de que maneira esses aprendizados têm influenciado a atuação do Comando Militar do Sul?

Quanto aos aprendizados, com base em toda a experiência, foram criadas duas organizações militares no Comando Militar do Sul^{VI} que antes não existiam. Primeiro, foi criada uma companhia de transporte, cujo núcleo foi implantado em Nova Santa Rita, junto ao batalhão de suprimento. Sentiu-se a necessidade de ter uma organização militar vocacionada somente para esse segmento, visto que toda unidade tem seus caminhões e faz a sua logística. Essa organização já existia em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ou seja, uma organização que pense exclusivamente em transporte terrestre, que tenha pessoal especializado, motoristas e pessoal apto a conduzir e fazer a manutenção de viaturas especializadas^{VII}.

Ademais, demonstrou-se a necessidade, na região metropolitana de Porto Alegre, de ter uma tropa de engenharia com meios de engenharia de combate. Ou seja, com escavadeira, com caminhão-caçamba, com botes e, futuramente, com a possibilidade de ter uma ponte móvel. Isso não existia na região. Por isso, foi criada em São Leopoldo uma companhia de engenharia, que já tem os militares transferidos e vai ser ativada oficialmente no começo do ano de 2026, entre o final de fevereiro e o início de março.

^{VI} Novas Organizações Militares – No âmbito do Comando Militar do Sul, foram criadas duas novas organizações militares: (1) a 8ª Companhia de Engenharia de Combate, subordinada a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, em São Leopoldo; e (2) a 3ª Companhia de Transporte, orgânica ao 3º Grupamento Logístico, em Nova Santa Rita (RS). Uma Companhia é um escalão de tropa militar que conta com um efetivo entre 100 e 200 militares.

^{VII} Companhias de Transporte – este tipo de companhia possui viaturas especializadas, para transporte de cargas especializadas e carretas de transporte de viatura, que exigem capacitação específica, como é o caso da categoria de habilitação “E” e transporte de cargas perigosas.

Figura 14 – Militares do Exército, em Viatura Guarani, em apoio a população



Fonte: Brasil (2025)

Houve também a elaboração de relatórios sobre tudo, porque essa é uma característica do Exército, registrar por escrito o que acontece. Havia um oficial a quem foi atribuída a função específica de cuidar do relatório desde o primeiro dia, justamente porque já se visualizava que haveria muita coisa a ser aprendida para a instituição. Então, diariamente, ele fazia suas anotações, reunia dados, para que, ao final da operação, existisse um documento que permitisse reter as lições aprendidas. Assim, se alguém vier a enfrentar algo parecido, poderá consultar o que foi feito e entender como determinadas ações ocorreram, o que e como foi empregado, as boas ideias e soluções encontradas. Desse trabalho, foram enviados relatórios para o comando do Exército e, certamente, a Marinha, a Força Aérea e o Ministério da Defesa fizeram o mesmo.

Quando se fala da importância de ter Forças Armadas, pode-se dar o exemplo da atuação da Força Aérea. Se não fosse a Base Aérea de Canoas, que voltou a funcionar transportando civis e muito do auxílio humanitário que chegou, bem como os hospitais de campanha. Além disso, muitos animais foram enviados para fora para receberem cuidados. Portanto, ficou evidente a importância de se ter uma base aérea e de dispor de meios capazes de cumprir esse tipo de missão, cuja expectativa é sempre que não precise ocorrer.

LIDERANÇA E GESTÃO DE PESSOAL

Falando sobre liderança e gestão de pessoal, como o senhor orientava o pessoal que estava na linha de frente e buscava mantê-lo em condições de atuar diante de uma situação de tragédia? Como foi lidar com as emoções diante de um momento tão difícil?

Inicialmente, cabe realizar uma primeira consideração sobre o conceito de liderança, pois para os militares a liderança é algo bastante caro, que diz respeito a condução dos subordinados. O líder é, antes de tudo, um exemplo. Por isso, não me coloco nessa condição. De todo modo, quando se fala em ser um líder, não cabe que o próprio se classifique assim. Se houve liderança, isso precisa ser percebido por outros, por quem se sentiu liderado e motivado.

Liderança é algo que se procura desenvolver, sobre o qual se pode estudar e refletir, inclusive quanto à conduta que se espera de um líder. É algo que se forma na prática e que, em certas pessoas, parece manifestar-se de modo mais natural. Contudo, quem pode dizer se alguém efetivamente exerceu liderança é quem percebe isso de fora, é quem é liderado, porque não se trata de algo que a própria pessoa possa simplesmente atribuir a si mesma.

Quanto à dimensão emocional, cabe destacar um aspecto particularmente significativo: cerca de 800 militares continuaram trabalhando embora tenham sido diretamente atingidos, perdendo suas casas. No final, foi conseguido, com apoio institucional, algum auxílio financeiro, mas nada que recompusesse efetivamente aquilo que foi perdido por esses militares.

Houve o caso de um coronel que passou todo o tempo dormindo dentro do quartel e trabalhando conosco, porque a casa dele estava alagada. Essa resiliência também precisa ser desenvolvida. É preciso incentivar a pessoa, mantê-la motivada, mostrar o resultado do que está sendo feito. Ganha-se bastante com isso.

Há também um componente de preparação emocional. Falando de uma experiência pessoal, fiz o curso de Guerra na Selva quando era tenente. Fui testado emocionalmente em várias situações e submetido a diferentes tipos de prova, o que acaba tornando a pessoa mais resistente. Essa é a finalidade. Tudo tem um propósito definido. Tudo está previsto, inclusive a razão pela qual determinado exercício é aplicado ao estagiário em certo momento. Quando um estagiário é cobrado em razão de um erro cometido, isso não ocorre sem motivo. A finalidade é fazer com que ele aprenda a lidar com a frustração e compreenda que uma falha de percepção ou de execução pode comprometer uma missão.

No exército, se lidamos com riscos, os explosivos, por exemplo, uma irresponsabilidade pode ser fatal. Por isso, é preciso saber trabalhar com a frustração e atuar sob pressão. É uma profissão que exige isso. Quem deseja ser oficial de carreira do Exército ou sargento de carreira será testado, será pressionado e passará por situações exigentes que, muitas vezes, podem parecer muito severas. Porém, essas situações têm uma finalidade muito específica, que é fazer com que a militar não perca a capacidade de agir e mantenha o controle diante da adversidade.

Figura 15 – Registro da entrevista realizada no CMS com o General Zucco



Fonte: CMS (2025)

Sobre as emoções, pessoalmente, houve um episódio que realmente foi emocionante. Numa das noites, logo no começo dos resgates, uma pessoa entrou em contato para informar que havia parentes em Eldorado do Sul, uma família com três ou quatro crianças, que estavam há três dias em um posto de gasolina abandonado, sem comida, sem roupa, deixados ali.

Após tentarmos o primeiro contato e verificar que o celular não tinha mais sinal, com as capacidades que tínhamos, conseguimos identificar a localização desse aparelho. Foi enviado um helicóptero para fazer o resgate, mas, na primeira tentativa, os pilotos erraram o ponto em cerca de 200 metros e resgataram outra família. Quando a pessoa informou que não eram aqueles, mandei o helicóptero retornar ao local.

Na segunda vez, voltaram com essa família. Há até um vídeo desse momento e foi justamente essa cena que mais me marcou. Era por volta de meia-noite, fazia frio e as crianças desceram do helicóptero de calção, depois de três ou quatro dias naquela situação. Eram crianças muito pequenas, uma de colo, outro menino que deveria ter dois ou três anos junto com o pai, todos assustados. Foi muito emocionante. O resgate foi feito por um helicóptero de guerra, um Black Hawk da Força Aérea, que trouxe a família para dentro do regimento.

ENCERRAMENTO

General, agradecemos pela sua disponibilidade, em especial pelo tempo concedido e pela forma atenciosa com que o senhor respondeu às perguntas realizadas. Por fim, o senhor gostaria de fazer alguma consideração final?

A consideração final é apenas de agradecimento ao professor e a vocês, porque a Operação Taquari II terá relevância no futuro. Vocês serão formadores de opinião, poderão ocupar posições de liderança no país, e, ao menos, tiveram a oportunidade de ouvir minha perspectiva como militar que estive diretamente envolvido, procurando mostrar a forma como o militar enxerga a situação. Certamente, se outra pessoa

que esteve na operação fosse apresentar sua versão, provavelmente traria outros exemplos e dissesse outras coisas, mas lhes contei, com franqueza, minha versão. Na vida, como sempre gosto de dizer, não existe uma verdade absoluta: existe a sua versão, a minha versão e a verdade. Busquei contar o que feito e se isso em algum momento puder servir para como algum dado para pesquisa ou para informar o meio acadêmico, isso já tem muito valor.

Vocês vão conduzir o nosso país, e é necessário desenvolver uma cultura nacional de pensar a defesa. É significativo o fato de vocês disponibilizarem o tempo de vocês para conversarem conosco, saberem da Operação Taquari II. No momento em que futuras lideranças e acadêmicos se propõem a pesquisar e se informar sobre as Forças Armadas, vocês estão fazendo um favor para o Brasil. Por fim, deixo meu agradecimento pela oportunidade de poder me dirigir a vocês e a quem for ler esta entrevista, muito obrigado!

Figura 16 – Registro fotográfico da equipe de entrevista com o General Zucco



Fonte: CMS (2025)

REFERÊNCIAS

2ª Divisão de Exército (2ª DE). [Fotografia]. **2ª Divisão de Exército tem novo comandante**. São Paulo, 26 jan. 2026. 1 fotografia. Disponível em: <https://2de.eb.mil.br/index.php/2026/01/26/2a-divisao-de-exercito-tem-novo-comandante-2/>. Acesso em: 3 maio 2026.

BASTOS JUNIOR, Paulo Roberto. “Pra que outros possam viver”. [Fotografia em matéria]. **Tecnodefesa**, site, 5 maio 2024. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/praqueoutrospossamviver/>. Acesso em: 3 maio 2026.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Operação Taquari 2**: a mão amiga do Exército em ajuda ao Rio Grande do Sul. Brasília, DF: Ed. dos Autores, 2025. Disponível em: <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/read/00123820606bd3465118f>. Acesso em: 3 maio 2026.

COMANDO MILITAR DO SUL (CMS). [Fotografia]. Fotografia de 2º Ten. Alice Pavanello. Porto Alegre: **Comando Militar do Sul**, 2025. Disponível em: <https://cms.eb.mil.br/index.php/pt/noticias/operacao-taquari-2-e-tema-de-estudo-da-ufrgs>. Acesso em: 3 maio 2026.

EXÉRCITO BRASILEIRO (EB). **Comandante do Exército participa de briefing operacional no Rio Grande do Sul**. [Fotografia em matéria]. Brasília, DF, 3 maio 2024. Fotos: CMS. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/comandante-do-exercito-e-comandante-militar-do-sul-participam-de-briefing-e-coletiva-de-imprensa-da-operacao-taquari-2>. Acesso em: 3 maio 2026.

GALANTE, Alexandre. Operação Taquari 2: ponte lançada pela Engenharia Militar restabelece acesso em rodovia do Rio Grande do Sul. [Fotografia em matéria]. **Forças Terrestres**, site, 3 jun. 2024. Fonte: Agência Verde-Oliva/CCOMSEx. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2024/06/03/operacao-taquari-2-ponte-lancada-pela-engenharia-militar-restabelece-acesso-em-rodovia-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 3 maio 2026.

MAIA, Paula. Operação Taquari 2: reconstruindo o Rio Grande do Sul após devastadora enchente. Fotografia de Ricardo Giusti. **Correio do Povo**, [s. l.], 18 jun. 2024. [Fotografia em matéria]. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/oper%C3%A7%C3%A3o-taquari-2-reconstruindo-o-rio-grande-do-sul-ap%C3%B3s-devastadora-enchente-1.1504448>. Acesso em: 3 maio 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS (PMC). **Base Aérea de Canoas recebe doações para cidades atingidas pelas enchentes**. Fotografia: Guilherme Pereira/PMC. Canoas: Prefeitura Municipal de Canoas, 6 maio 2024. [Fotografia em matéria]. Disponível em: <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/base-aerea-de-canoas-recebe-doacoes-para-cidades-atingidas-pelas-enchentes/>. Acesso em: 3 maio 2026.

REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA. Imagens aéreas da inundação em Porto Alegre (RS). Fotografia de Comandante Gilberto. **M. Poder Aéreo**, 6 maio 2024. Disponível em: <https://www.aereo.jor.br/2024/05/06/imagens-aereas-da-inundacao-em-porto-alegre-rs/>. Acesso em: 10 maio 2026.

THIEL, Rodrigo. Comando Militar do Sul apresenta dados da Operação Taquari. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 set. 2023. Fotografia: Ricardo Giusti. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/cidades/comando-militar-do-sul-apresenta-dados-da-oper%C3%A7%C3%A3o-taquari-1.1097201>. Acesso em: 10 maio 2026.

ZUCCO, Marcelo Lorenzini. **General Marcelo Lorenzini Zucco em visita a Auaris, Roraima, localidade do 5º Pelotão Especial de Fronteira**. [Fotografia]. Acervo pessoal.

Autoria

1 Marcelo Lorenzini Zucco

Formado no curso de Cavalaria da Academia Militar da Agulhas Negras; Mestre e Doutor em Ciências Militares; General de Divisão (Exército Brasileiro)

mlzucco589@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0001-1681-3343> • <http://lattes.cnpq.br/1343088439894888>

2 Ana Luíza Rocha Porto

Graduanda em Relações Internacionais

analuizarochaporto@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0006-2108-4321> • <http://lattes.cnpq.br/3560004505553847>

3 Helena Magnabosco Camillo

Graduanda em Relações Internacionais

helenamagnaboscocamillo@hotmail.com

<https://orcid.org/0009-0004-6759-1666> • <http://lattes.cnpq.br/6952405952171352>

4 João Gabriel Birck da Silva

Graduando em Relações Internacionais

joaogabriel.contato22@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-0484-8082> • <http://lattes.cnpq.br/1505846412365552>

5 Fernando Speggorin Martini

Bacharel em Ciências Militares (Cavalaria) pela Academia Militar das Agulhas Negras;

Bacharel em Geografia pela Universidade de Franca; Major do Exército Brasileiro;

Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais

fernando1671@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0009-0007-8132-0573> • <http://lattes.cnpq.br/1139327268828510>

6 José Miguel Quedi Martins

Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em

História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Doutor em Ciência

Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professor

jose.martins@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0001-8491-5299> • <http://lattes.cnpq.br/6889254736917830>

7 João Gabriel Burmann da Costa

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, Professor
jgburmann@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-1073-7588> • <http://lattes.cnpq.br/4904718173746216>

Entrevistado por:

Ana Luíza Rocha Porto

Helena Magnabosco Camillo

João Gabriel Birck da Silva

Como citar esta entrevista

ZUCCO, M. L.; PORTO, A. L. R.; CAMILLO, H. M.; SILVA, J. G. B.; MARTINI, F.; MARTINS, J. M. Q.; COSTA, J. G. B. A atuação do Comando Militar do Sul na Operação Taquari II. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e96697, p. 1-41, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509896697. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797596697>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.

Dados técnicos da entrevista

Entrevista realizada em: 9 de dezembro de 2025

Local

Porto Alegre – RS, Quartel-General do Comando Militar do Sul

Entrevistado

General de Divisão Marcelo Lorenzini Zucco (Exército Brasileiro)

Edição

Fernando Speggorin Martini (PPGEEI/UFRGS | EB)

Supervisão

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Prof. Me. João Gabriel Burmann da Costa